

ESTUDO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO CEARÁ COM BASE NO INDICADOR GASTO COM EDUCAÇÃO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL EDUCACIONAL

Fátima de Souza Freire

Resumo:

Nos últimos anos, várias ações foram realizadas pelo governo federal para melhorar o nível de educação no País como, por exemplo, a criação da Emenda Constitucional nº 14/96 que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo do desempenho educacional dos municípios cearenses com base nos indicadores gastos com educação e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educacional. Para a realização do trabalho, foram calculados os indicadores de gastos com educação a partir dos dados extraídos de demonstrativos financeiros e orçamentários dos 184 municípios do estado do Ceará, no período de 1998 a 2001, fornecidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE). Em seguida, foi realizada uma análise de correlação entre os indicadores de gastos com educação e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educacional, fornecido pela Fundação Instituto de Pesquisa do Ceará (IPECE) dos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Palavras-chave:

Área temática: *Gestão de Custos no Setor Governamental*

ESTUDO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO CEARÁ COM BASE NO INDICADOR GASTO COM EDUCAÇÃO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL EDUCACIONAL

Resumo:

Fátima de Souza Freire

Universidade Federal do Ceará

ffreire@ufc.br

Nos últimos anos, várias ações foram realizadas pelo governo federal para melhorar o nível de educação no País como, por exemplo, a criação da Emenda Constitucional nº 14/96 que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo do desempenho educacional dos municípios cearenses com base nos indicadores gastos com educação e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educacional. Para a realização do trabalho, foram calculados os indicadores de gastos com educação a partir dos dados extraídos de demonstrativos financeiros e orçamentários dos 184 municípios do estado do Ceará, no período de 1998 a 2001, fornecidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE). Em seguida, foi realizada uma análise de correlação entre os indicadores de gastos com educação e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educacional, fornecido pela Fundação Instituto de Pesquisa do Ceará (IPECE) dos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Área Temática: Gestão de Custos no Setor Governamental

ESTUDO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO CEARÁ COM BASE NO INDICADOR GASTO COM EDUCAÇÃO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL EDUCACIONAL

1. Introdução

Desde a implementação da Constituição Federal um dos maiores desafios do governo foi controlar e gerir recursos para promover uma educação com equidade e qualidade para um maior número de pessoas.

Os recursos para educação passaram a ter uma melhor transparência com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) tratada pela Emenda Constitucional nº 14/96, sendo regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 e pelo Decreto n.º 2.264/97. O FUNDEF vem vigorando desde 1998 e tem duração até 2007, com a finalidade de melhorar a alocação de recursos na educação, em termos de equidade e de eficiência. Ele é constituído de 25% da arrecadação de impostos e de transferência (conforme a Constituição Federal de 1988). Com sua chegada, os Estados e Municípios passaram a receber recursos ao equivalente ao número de alunos matriculados na sua rede pública do Ensino Fundamental.

Por se tratar de uma ação recente, uma avaliação da gestão pública municipal é necessária para que possam ser efetuadas novas estratégias quanto ao ensino público no País. Indaga-se, por exemplo, se os municípios que tiveram, nos últimos anos, os maiores gastos com educação apresentaram o melhor Índice de Desenvolvimento Humano Educacional? Quem vem atendendo os dispositivos mínimos de gastos com educação conforme previsto na Emenda Constitucional nº14/96? O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os gastos e o desempenho social na área da educação com base em indicadores financeiro e social (Índice de Desenvolvimento Humano - IDH) dos municípios cearenses, período 1998-2001, e identificar se existe correlação entre tal indicador financeiro com o IDH Municipal Educacional.

O indicador gasto com educação pode ser criado a partir da relação de gastos com educação e receita de impostos e transferências (RIT). A partir dessa relação é possível observar se os municípios atendem o limite mínimo de gastos previsto em lei. Vale destacar que dos recursos provenientes do FUNDEF, 60% devem ser destinados exclusivamente para o pagamento dos salários dos professores, valorizando o magistério e a melhoria da qualidade do ensino. Observa-se ainda que dos 25% provenientes da receita de impostos e transferências, 60% deverão ser destinados ao financiamento do ensino fundamental e os demais 40% ao financiamento de outros níveis de ensino (ensino médio, superior etc.).

Uma das formas de avaliar o desempenho social dos países é através do IDH-Índice de Desenvolvimento Humano que foi criado, em 1990, pelos economistas Mahbub Ul Haq e Amartya Sen. Desde então, utilizado para mesurar o bem-estar das sociedades e a qualidade de vida das populações, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem divulgando o IDH de vários países. No

IDH são considerados para o seu cálculo variáveis quanto à renda *per capita*, à saúde e à educação de cada país.

Foi a partir da idéia de que as desigualdades no Brasil são mais expressivas dentro de um mesmo estado que se criou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), partindo de uma associação entre a Fundação João Pinheiro e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Ele é um indicador que utiliza os mesmos conceitos e métodos de mensuração do IDH.

O presente trabalho ficou dividido da seguinte forma: (i) apresentação dos aspectos básicos do financiamento da educação; (ii) informações sobre a composição do IDHM; (iii) análise da educação cearense e seus gastos; (iv) análise de correlação entre os indicadores; (v) conclusões e perspectivas do presente trabalho, fazendo-se alusão às suas limitações.

2. O Financiamento da Educação Pública Brasileira

De acordo com a Constituição Federal a educação é um direito de todos e dever do estado e da família. No caso específico do Brasil, o Governo Federal fica responsável pela elaboração dos aspectos gerais da política educacional, partindo do financiamento até a garantia de oportunidades educacionais com um atendimento ao padrão mínimo de qualidade de ensino no âmbito das três esferas de governo.

O que se observa é que a educação é uma constante preocupação dos governantes, pois está intimamente ligada a concentração de renda da própria região. Para garantir a educação com equidade, são necessários que sejam controlados os gastos por aluno, independente da rede pública em que estejam matriculados. Pela complexidade e tamanho do País, as responsabilidades pela educação foram divididas para as três esferas, a saber: ensino fundamental e o infantil são de responsabilidade dos Municípios, o ensino médio e o fundamental são de responsabilidade dos Estados, e o ensino superior do Governo Federal. Assim, depois de definidos os níveis de ensino e dependência administrativa, as fontes de recursos passaram a serem direcionadas e tratadas com estratégias específicas governamentais.

As fontes de recursos públicos para o financiamento da educação advêm, segundo a Lei Nº 9394/96, das receitas de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; de receitas de transferências constitucionais e outras transferências; receita de salário-educação e de outras contribuições sociais; receita de incentivos fiscais e outros recursos previstos em lei.

Para que os recursos orçamentários voltados para a educação fossem realizados de forma mais transparentes, em 1996, foi criado um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) através da Emenda Constitucional nº 14/96, sendo regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e pelo Decreto nº 2.264/97. O FUNDEF que vem vigorando desde 1998 e tem vigência até 2007, surgiu para possibilitar a alocação de recursos principalmente em locais com maior carência.

Com advento desse fundo foram definidos limites para aplicação dos recursos advindos da União em cada Município, Estado e Distrito Federal. Segundo o art.212 da Constituição Federal de 1988, enquanto a União deverá aplicar no mínimo 18% da receita de impostos e transferências em gasto com educação, os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios 25%.

É bom lembrar que o FUNDEF não aumenta os recursos para a educação em cada Estado, mas apenas possibilita que seja feita uma redistribuição de forma planejada. A origem das receitas para o FUNDEF é constituída de recursos equivalentes a 15% de alguns impostos dos Estados (Fundo de Participação dos Estados, ICMS, cota do IPI -Exp.) e dos Municípios (Fundo de Participação dos Municípios, cota do ICMS, cota do IPI -Exp.), além da compensação referente às perdas com a desoneração das exportações, decorrentes da Lei Complementar nº 87/96.

Uma das principais vantagens desse Fundo é que com a criação de contas únicas e específicas, dos conselhos de acompanhamento e do controle social, deu-se mais transparência à gestão pública educacional. A maior visibilidade dos recursos possibilitou inclusive a identificação de desvios. A título de exemplo, pode-se citar o caso do Estado do Ceará que vem publicando, nos seus balanços, informações quanto aos limites mínimos de gastos efetuados na área de educação.

No período de 1999-2003, ocorreu no Ceará um aumento na receita líquida de impostos de 73%, e nas despesas com educação de 81%, a relação entre essas variáveis vem se mantendo constante (ver Figura 1). No entanto, conforme o Balanço Geral do Ceará de 2003, foi investido 30,72% das receitas do Tesouro somente em educação, ou seja, 5,72% a mais do que a própria legislação constitucional impõe.

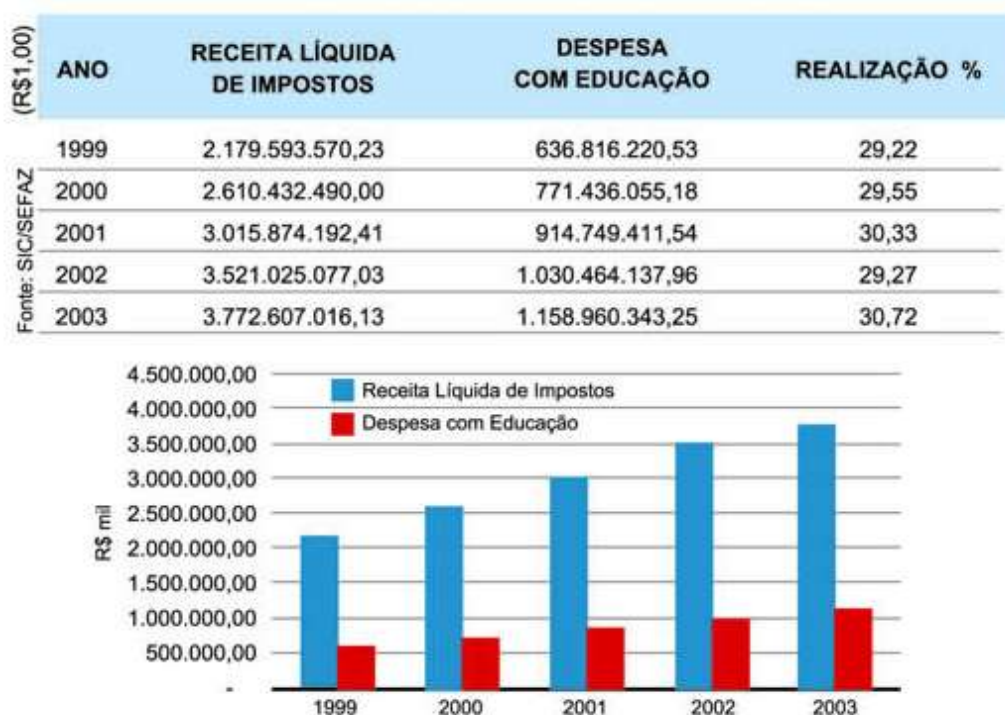


Figura 1 – Demonstração da Despesa com Educação x Receita Líquida de Impostos
Fonte: Balanço Geral do Estado do Ceará, 2003

O que se pode inferir é que com a chegada da Emenda Constitucional nº 14/96, houve uma melhora no desempenho educacional no Brasil. No entanto, para que possamos atingir níveis elevados educacionais é necessário que haja uma melhoria na distribuição de renda entre as classes sociais e regionais aliadas aos interesses do governo que vem promovendo ações no sentido de melhorar a educação pública e privada no país. Isso pode ser constatado com a criação

recentemente de uma medida provisória assinada em abril de 2004, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva onde destina R\$ 251 milhões para o transporte escolar, R\$ 420 milhões para a educação de jovens e adultos e R\$ 180 milhões para o Programa Brasil Alfabetizado.

No caso dos Municípios, sabe-se que irão atuar prioritariamente no ensino fundamental e infantil. Com a criação de novas regras, foi fixado um valor mínimo a ser gasto com cada aluno de aproximadamente R\$ 320,00 à R\$ 340,00 por ano. Este valor é atualizado anualmente de acordo com aumento de matrículas ou sempre que se achar necessário. Muito embora tenha ocorrido um avanço quanto a forma de distribuição de recursos, tais valores fixados para todo o País, muitas vezes não correspondem ao gasto real necessário para o aluno, tendo em vista o custo de vida elevado de alguns centros. Mesmo assim, se o valor por aluno em cada Estado e Município não alcançar o mínimo definido nacionalmente, a destinação de recursos do Governo Federal para os estados e municípios será feita automaticamente, considerando o número de matrículas efetivadas nas redes do ensino fundamental.

3. Análise do IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Ceará

Uma das formas de avaliar a qualidade de vida das pessoas é através do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, pois em seu cálculo é abordada a renda per capita e variáveis ligadas à saúde e à educação de cada país. Com o resultado do IDH é possível analisar o grau de conhecimento, o nível de acesso à informação, a qualidade de vida e o acesso aos recursos materiais das populações. Uma outra vantagem da metodologia do cálculo do IDH para países é que pode ser adaptado também para calcular o IDH por regiões, estados e municípios ou por gênero, grupos e etnia.

Conforme Nadjberg e Oliveira (2000), o IDH depende de três variáveis: (i) longevidade (expectativa de vida ao nascer); (ii) nível de instrução, (iii) nível de renda. No entanto, ele é um índice calculado a partir de outros três índices, que são os seguintes:

- índice do nível de educação, ou seja, é a média ponderada entre a taxa de alfabetização de adultos (peso $\frac{2}{3}$) e a taxa de matrícula combinada para os três níveis de ensino, que são o fundamental, médio e superior (peso $\frac{1}{3}$);
- índice das condições de saúde que é a expectativa de vida;
- índice do nível de renda que é a renda *per capita* medida em dólar com paridade do poder de compra entre países.

O PNUD demonstra que os valores mínimos e máximos utilizados para a obtenção dos índices são:

- 25 e 85 anos para a esperança de vida;
- 0 e 100% para a taxa de alfabetização de adultos;
- 0 e 100% para a taxa combinada de matrícula;
- 100 e 40.000 dólares PPP para o PIB *per capita*.

Cada índice que compõe o IDH varia entre 0 (zero) e 1, e a partir de seus valores calculados e encontrados é feita uma média aritmética simples entre eles. Para efeito de análise comparada o PNUD estabeleceu três principais categorias:

- de 0 até menos de 0,5 igual a Baixo Desenvolvimento Humano;
- acima de 0,5 até 0,8 igual a Médio Desenvolvimento Humano;
- acima de 0,8 até 1 igual Alto Desenvolvimento Humano.

Segundo relatório das Nações Unidas, o Brasil é a nação que mais evoluiu em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, desde 1975. Em 26 anos, o país subiu 16 posições e agora ocupa a 65ª. Esse avanço só não é maior porque há um baixo crescimento da expectativa de vida da população. No entanto, ganhou muito em termos de educação e de renda. Essa melhora ocorreu com base na equiparação do número de meninos e meninas matriculadas na escola, equidade de oportunidades a homens e mulheres e no aumento da expectativa de vida.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) foi criado a partir da idéia de que as desigualdades no Brasil são mais expressivas dentro de um mesmo Estado, sendo um indicador que utiliza os mesmos conceitos e métodos de mensuração do IDH (índice das condições de saúde, índice do nível de educação e índice do nível de renda), mas com algumas adaptações, pois a unidade analisada trata-se do município. A maior limitação do IDH-M é a dependência aos dados dos Censos Demográficos que ocorrem, em média, num intervalo de 10 anos.

No IDH-M, o PIB *per capita* é substituído pela renda familiar *per capita* média ajustada do município. O índice de educação é calculado pela combinação da taxa de analfabetismo da população a partir de 15 anos (peso $\frac{2}{3}$) e a média de anos de estudo da população a partir de 25 anos (peso $\frac{1}{3}$).

Em 1996, O PNUD e o IPEA publicaram o primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, apresentando o IDH para as grandes regiões e por estado. Segundo o relatório, o país ficou dividido em três grandes grupos. No primeiro, ficaram 8 estados com o IDH mais alto: RS, DF, SP, SC, RJ, PR, MS e ES. No segundo, ficaram 7 estados considerados de médio desenvolvimento: AM, AP, MG, MT, GO, RR, RO. No terceiro, ficaram 11 estados com IDH de baixo desenvolvimento: PA, AC, SE, BA, PE, RN, MA, CE, PI, AL e PB.

Na região Nordeste houve uma melhora desses índices, embora continue atrás do Sul e do Sudeste. No caso do Ceará, o Índice de Desenvolvimento Humano na área da educação vem aumentando algo em torno de 0,7149. De acordo com os últimos censos, o IDHM-E do Ceará teve uma melhora muito significativa, ou seja, está dentro dos padrões de médio desenvolvimento.

Dados da Secretaria de Educação Básica – Seduc demonstram que houve de fato, no Ceará, uma ampliação do acesso a educação fundamental (1ª a 8ª série do primeiro grau), atingindo um índice de cobertura de 97% de crianças de 7 a 14 anos. Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o ensino médio é de responsabilidade exclusiva do Estado. Então o que acaba acontecendo, na maioria das vezes, os jovens de 15 a 17 anos (extensão fora de faixa) têm a cobertura do ensino médio, mas se matriculam números bem menores de jovens, muitas vezes ocasionadas por outros compromissos a cumprir que não a escola.

Uma forma para se avaliar a dimensão da educação deve ser feita tomando como base o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano -IDH Municipal, usado para analisar as condições de núcleos sociais menores. O IDH leva em conta dois indicadores com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois) e taxa bruta de frequência à escola (com peso um). O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capazes de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados). O Ministério da Educação indica que se a criança não se atrasar na escola, completará este ciclo

aos 14 anos de idade, daí a medição do analfabetismo ser dar a partir dos 15 anos. O outro indicador é exatamente o somatório de pessoas (independente da idade) que freqüentam os cursos fundamentais, secundários e superior dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, de classes de aceleração e pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito de cálculo. No entanto, uma vez calculados o índice de educação, são adotados valores de referência mínimo e máximo para esta categoria, que serão equivalentes a 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento humano total). Então, quanto mais próximo de 1 é o índice do respectivo município, melhor desempenho ele está apresentando na educação.

De acordo com a metodologia do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é classificado em três categorias:

- 0 a 0,499 que significa desenvolvimento humano baixo,
- de 0,500 e 0,799 que significa médio desenvolvimento;
- acima de 0,800 que significa desenvolvimento humano alto.

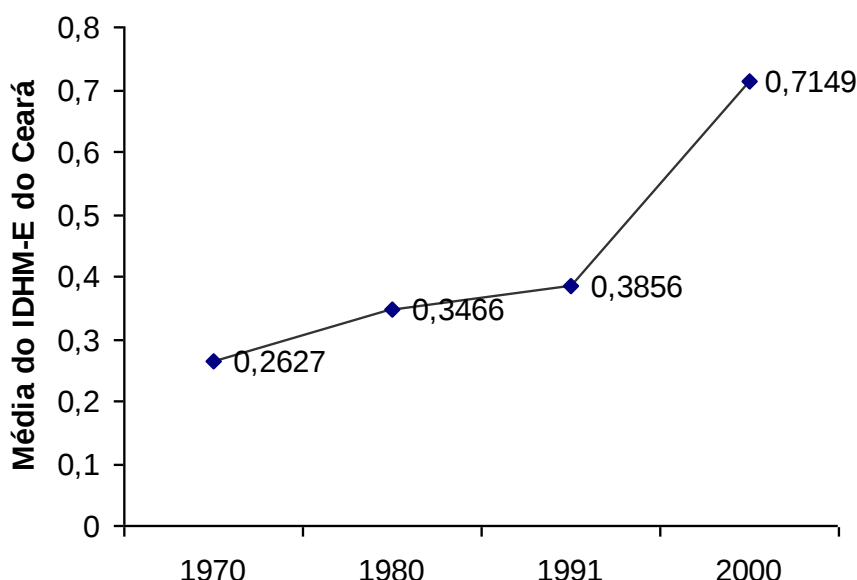
Ao analisar especificamente o IDHM-Educacional (ver Anexo) quanto ao desempenho dos municípios do Ceará, nos últimos quatro censos realizados (1970, 1980, 1991 e 2000), pode-se inferir que:

- o IDHM-E médio do Ceará passou de 0,2627 em 1970, para 0,7149 em 2000, representando um aumento de 172%;
- o maior IDHM-E que foi igual a 0,568 (Fortaleza), passou para 0,884 (Fortaleza), em 2000;
- em 1970, nenhum município apresentou IDHM-E considerado alto e apenas um teve um índice considerado médio desenvolvimento;
- em 2000, dos 24 municípios com população acima de 50 mil habitantes, apenas 5 apresentaram índice desenvolvimento educacional alto;
- em 2000, nenhum município apresentou um índice de desenvolvimento educacional baixo;
- em 2000, Fortaleza e Maracanaú apresentaram os melhores IDHM-E, respectivamente igual a 0,884 e 0,863;
- o município de Quixeló apresenta o pior resultado, IDHM-E igual a 0,509, ou seja, apresenta o pior desempenho na área de educação.

Segundo a Folha de São Paulo (2003), nos anos 90, a educação foi o principal fator que alavancou o crescimento do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) entre as grandes e as médias cidades do Nordeste. “O melhor desempenho, segundo a pesquisa do Ipea, ficou com Fortaleza, que aparece como a cidade, entre as 13 do país com mais de 1 milhão de habitantes, que teve o maior crescimento, de 9,6%, passando do último para o penúltimo lugar. Essa alta foi estimulada pelo item educação, que cresceu 12,8%, também o maior entre as grandes cidades brasileiras.”

A partir dessa análise, conclui-se que houve uma melhora no nível educacional no Estado do Ceará, pois atualmente nenhum município apresenta um IDHM-E baixo. No entanto, novos investimentos deverão ser realizados na área educacional, pois menos de 3% dos municípios têm IDHM-E considerado alto.

Gráfico 1 – Evolução da Média dos IDHM-E do Estado do Ceará



Fonte: Dados calculados a partir de informações do IPECE

4. A Educação Cearense e os seus Gastos Sociais

No estado do Ceará os estabelecimentos de ensinos estão concentrados nos municípios, conforme apresentado na Figura 2. Pode-se dizer que:

- do total de 9.343 estabelecimentos que ministram ensino infantil 77,63% são de responsabilidade dos municípios, 0,47% do Governo Estadual e apenas 0,01% do Governo Federal;
- 80,36% de estabelecimentos que ministram ensino fundamental são da responsabilidade dos municípios, 6,16% do estado do Ceará e apenas 6% Governo Federal;
- do total de 810 estabelecimentos que ministram ensino médio 65,68% são da responsabilidade do Governo Estadual, 0,86% dos municípios e apenas 0,74% do Governo Federal.

O número de docentes em exercício por grau de formação da rede municipal revela que:

- do total de 74.930, 1,89% dos docentes do ensino fundamental têm formação completa; 50% dos docentes do ensino médio possuem o magistério completo e 36% dos docentes do ensino superior têm licenciatura completa.
- existe uma maior concentração de docentes lecionando no ensino fundamental, nas séries de 1ª a 4ª e nas séries da 5ª a 8ª.

ESTADO DO CEARÁ					ANO BASE: 2003	
Dependência Administrativa	1- ESTABELECIMENTOS					
	Níveis de Ensino					
	QUE MINISTRAM ENSINO INFANTIL		QUE MINISTRAM ENSINO FUNDAMENTAL		QUE MINISTRAM ENSINO MÉDIO	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Estadual	44	0,47	625	6,16	532	65,68
Municipal	7.253	77,63	8.154	80,36	7	0,86
Federal	1	0,01	1	0,01	6	0,74
Particular	2.045	21,89	1.367	13,47	265	32,72
Total	9.343	100,00	10.147	100,00	810	100,00

ESTADO DO CEARÁ							ANO BASE: 2003	
Grau Modalidade que Leciona	5- NÚMERO DE FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO POR GRAU DE FORMAÇÃO Rede MUNICIPAL							
	Fundamental		Médio		Superior			Total
	Incompleto	Completo	Mag. Comp.	Out. F. Comp.	Lic. Comp.	Comp. s/ Lic. c/ Mag.	Comp. s/ Lic. s/mag.	
Creche	83	246	2268	435	334	68	5	3.439
Pré- Escola	71	324	6421	687	1879	335	20	9.737
Alfabetização	36	88	1263	111	230	18	1	1.747
Fundamental	167	509	23.150	2.205	22.666	2.600	218	51.515
1ª a 4ª Série	157	463	17.206	1.297	10.719	1.265	64	31.171
5ª a 8ª Série	10	46	5.944	908	11.947	1.335	154	20.344
Ensino Médio	-	-	11	2	88	1	-	102
Educ Especial	-	1	88	6	133	37	4	269
Educ Jovem e Adulto	37	249	4.433	1.365	1.778	242	17	8.121
Total Geral	394	1.417	37.634	4.811	27.108	3.301	265	74.930
Mag.= Magistério / Mag. Comp.= Magistério Completo / Out. F. Co.= Outra Formação Completa / Lic. Comp.= Licenciatura Completa								

ESTADO DO CEARÁ								ANO BASE: 2003		
Série	7- DISTORÇÃO IDADE / SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL									
	Estadual		Municipal		Federal		Particular		Total	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
1ª	1.689	27,12	37.700	14,17	-	-	2.256	7,37	41.645	13,7
2ª	651	10,43	42.293	23,01	-	-	2.132	7,37	45.076	14,9
3ª	4.442	36,96	69.438	36,23	-	-	2.138	7,67	76.018	32,8
4ª	2.357	18,42	66.662	38,62	-	-	2.032	7,82	71.051	33,6
5ª	18.692	44,06	101.017	54,32	5	6,49	1.999	8,75	121.713	48,4
6ª	22.139	46,26	83.343	57,32	12	10,08	2.425	11,58	107.919	50,4
7ª	25.569	45,16	64.031	58,4	10	7,75	2.498	12,01	92.108	49,2
8ª	52.680	61,12	71.772	70,8	15	9,49	2.785	12,95	127.252	60,8
Total Geral	128.219	47,42	536.256	39,53	42	8,7	18.265	9,16	682.782	35,7

Figura 2 – Dados da Educação no Estado do Ceará

Fonte: SEDUC/CPPE/Central de Dados conforme Balanço Geral do Estado do Ceará, 2003

Conforme Quadro 1, ao analisar os gastos dos municípios do Ceará, observa-se que:

- em 2001, a despesa total dos municípios formada pela despesa corrente e despesa de capital totalizou R\$ 2.857.173.627,54 ou, seja, 13% do PIB do Estado;
- as despesas correntes e de capital responderam, respectivamente, por 86% e 14% do total;
- enquanto as despesas correntes aumentaram ano após ano, as despesas de capital tiveram variações negativas nos anos de 1999 (-20%) e de 2001 (-10%);
- os gastos com educação realizados pelos municípios cresceram de 1998 a 2001, representando uma variação de 41%;
- os gastos com educação representam apenas 17% da despesa total para todos os anos analisados;
- os gastos com saúde representam em torno de 12% das despesas totais;
- os gastos com pessoal são superiores aos gastos com educação e saúde, e teve uma variação positiva no período de 1998 a 2001 de aproximadamente 37%. Os gastos com pessoal comprometem as despesas totais em torno de 40%.

Quadro 1- Despesas dos Municípios Cearenses de 1998 a 2001

Ano	Despesa Corrente R\$	Δ Ano	Despesa de Capital R\$	Δ Ano	Despesa Total R\$	Δ Ano
1998	1.606.613.797,34	-	404.325.793,00	-	2.010.939.590,34	-
1999	1.779.399.165,09	11%	324.445.628,20	-20%	2.103.844.793,29	5%
2000	2.117.970.009,32	19%	429.864.100,04	32%	2.547.834.109,36	21%
2001	2.468.191.432,86	17%	388.982.194,68	-10%	2.857.173.627,54	12%
Ano	Gastos com Educação R\$	Δ Ano	Gastos com Saúde R\$	Δ Ano	Gastos com Pessoal R\$	Δ Ano
1998	335.569.327,37	-	403.865.572,42	-	762.149.843,89	-
1999	342.831.715,81	2%	493.567.827,24	22%	850.461.608,20	12%
2000	405.257.905,88	18%	304.830.112,51	-38%	1.019.240.702,07	20%
2001	473.589.928,72	17%	345.940.230,88	13%	1.046.804.113,91	3%

Fonte: TCM-CE

Nota: Nos anos de 1998 e 1999 estão incluídos nos gastos com saúde valores de gastos com saneamento; Δ = Variação

Analisando os dados do IPEA/DISOC, IBGE/MP e INEP/MEC apresentados no Quadro 2 referente ao gasto público médio por aluno com educação, conclui-se que:

- os maiores gastos médios na educação infantil foram realizados pelo Distrito Federal, São Paulo e Roraima, e os menores pelo Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará;
- o gasto médio por aluno no país é maior na educação superior;
- a região centro-oeste tem o maior gasto médio por aluno, para o ensino fundamental;
- no nordeste, o Ceará ocupa o terceiro lugar no ranking de gasto médio no ensino fundamental;

Quadro 2 - GASTO PÚBLICO MÉDIO POR ALUNO COM EDUCAÇÃO										
	Ano 1998					Ano 1999				
	TOTAL	EDUC.	ENSINO		EDUC.	TOTAL	EDUC.	ENSINO		EDUC.
	GERAL	INF.	FUNDAM.	MÉDIO	SUP.	GERAL	INF.	FUND.	MÉDIO	SUP.
BRASIL	852	877	668	701	9.789	879	924	691	643	9.756
REGIÃO NORTE	649	622	564	639	6.039	653	632	569	543	6.404
RONDÔNIA	660	581	598	617	6.086	758	702	701	625	6.834
ACRE	1.096	983	959	1.019	8.234	1.126	1.067	973	728	11.169
AMAZONAS	714	678	608	762	6.552	734	731	634	616	6.858
RORAIMA	1.140	1.123	1.032	1.109	3.906	1.094	1.094	1.046	778	3.590
PARÁ	564	548	477	504	6.855	520	483	432	429	7.246
AMAPÁ	726	748	701	666	2.947	826	950	794	708	3.253
TOCANTINS	554	542	524	581	2.170	637	721	610	512	2.578
REGIÃO NORDESTE	584	516	465	597	7.549	616	560	507	529	6.661
MARANHÃO	482	427	401	505	8.900	493	454	435	512	5.602
PIAUÍ	550	433	450	600	6.177	648	545	563	644	4.293
CEARÁ	588	467	493	631	6.017	593	498	502	581	5.479
RIO GRANDE DO NORTE	962	465	659	918	14.451	914	631	740	784	8.025
PARÁIBA	678	565	439	696	7.976	697	546	470	456	7.587
PERNAMBUCO	569	524	449	553	5.752	595	575	476	466	5.487
ALAGOAS	599	537	479	949	6.997	664	514	465	472	13.021
SERGIPE	629	559	529	760	6.697	741	688	663	673	5.504
BAHIA	535	637	450	488	7.642	581	653	498	479	7.609
REGIÃO SUDESTE	1.031	1.263	800	732	12.874	1.061	1.269	826	679	12.295
MINAS GERAIS	875	792	747	760	8.631	882	790	742	653	9.371
ESPÍRITO SANTO	957	841	865	915	6.770	893	1.293	791	487	7.524
RIO DE JANEIRO	1.325	985	877	1.088	15.646	1.345	1.199	930	761	14.491
SÃO PAULO	1.029	1.539	800	625	14.320	1.079	1.442	842	684	12.981
REGIÃO SUL	908	764	750	689	6.216	979	950	802	622	7.804
PARANÁ	928	719	768	697	7.108	924	797	734	658	7.464
SANTA CATARINA	749	752	617	684	2.576	821	992	662	531	4.413
RIO GRANDE DO SUL	985	828	809	682	11.691	1.141	1.106	958	622	12.270
REGIÃO CENTRO-OESTE	992	813	839	850	8.654	1.014	902	839	811	9.193
MATO GROSSO DO SUL	882	703	733	754	8.482	1.054	932	854	841	10.488
MATO GROSSO	818	650	678	763	7.016	1.028	840	900	861	7.208
GOIÁS	520	604	442	432	4.434	633	776	563	427	5.212
DISTRITO FEDERAL	2.531	2.153	2.228	1.760	17.177	1.914	1.533	1.475	1.440	14.940

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

- no ensino médio, os maiores gastos médios são realizados pelo Acre, Roraima, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Os menores são realizados por Bahia, Maranhão, Piauí e Pará;
- os maiores gastos médios com ensino superior em 1999 foram realizados por Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas e Acre. Os estados de Roraima, Piauí e Santa Catarina tiveram os menores resultados;
- enquanto houve um aumento da média dos gastos com educação infantil e ensino fundamental, ocorreu uma redução do gasto público médio por aluno com educação no ensino médio e superior no país, no biênio 1998-1999;
- os maiores gastos médios educacionais do Ceará são efetuados no ensino superior e ensino fundamental.

Finalmente, no Quadro 3, é apresentada a quantidade de municípios e faixa de gastos com educação sobre a receita de impostos e transferências. Vale lembrar que o limite mínimo que o município deverá comprometer a RIT é de 25%. A maior parte dos municípios cearenses gasta entre 25% a 35%. Enquanto em 1998, 11 prefeituras gastavam menos de 25% da RIT com educação, esse número ficou para 22, em 2001. No Quadro 5, encontram-se os resultados do indicador gastos com educação no estado do Ceará. Nele é possível chegar as seguintes conclusões:

- em 2001, a cidade com melhor desempenho financeiro em educação foi Martinópolis, ficando em primeiro lugar. Essa alta foi estimulada pelo repasse dos recursos do FUNDEF;
- entre os municípios com mais de 50 mil habitantes apenas 3 estão abaixo do limite mínimo exigido em lei;
- municípios com menos de 25 mil habitantes apresentam bons indicadores. Isso ocorre porque muitos sobrevivem apenas das transferências legais que são regulamentadas em leis específicas, como é o caso do FUNDEF.

Quadro 3 – Quantidade de Municípios que Efetuaram Gastos com Educação segundo a Faixa

Faixa de Gastos	1998	1999	2000	2001
Acima de 45% a 55% da RIT para Educação	1	0	3	1
Acima de 35% a 45% da RIT para Educação	21	11	13	17
Acima de 25% a 35% da RIT para Educação	150	138	125	141
Abaixo de 25% da RIT para Educação	11	32	38	22
Total de Municípios	183	181	179	181
Média	29,64%	27,40%	27,74%	29,29%

Fonte: Dados calculados a partir das informações do TCM-CE

Nota: Receita de Impostos e Transferências = RIT

5. Estudo de Correlação

Na realização do estudo, foram utilizadas as principais variáveis estatísticas (média, mediana, valor máximo e mínimo e desvio padrão) para obter resultados mais acurados quanto à existência de correlação entre os indicadores.

A correlação é um estudo matemático que analisa o grau de associação da relação entre duas variáveis, ou seja, a determinação da força do relacionamento entre duas observações emparelhadas. Quanto mais próximo de um, maior o relacionamento ou correlação existente entre as duas variáveis, já tendendo a zero existirá um grau de relacionamento fraco e sendo zero há ausência de relacionamento entre os modelos usados. A fórmula matemática utilizada para o estudo da correlação foi:

$$r = \frac{n(\sum xy) - (\sum x)(\sum y)}{\sqrt{n(\sum x^2) - (\sum x)^2} \cdot \sqrt{n(\sum y^2) - (\sum y)^2}} \quad (1)$$

onde: x -representa a variável do IDHM-E

y -representa o índice financeiro e ou gastos com educação em reais

No estudo de correlação analisado neste trabalho foram utilizadas duas variáveis: a primeira delas foi o IDHM-E (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Área Educacional); a segunda foi o gasto com educação em termos monetários. Em seguida foram, realizadas simulações entre IDHM-E do ano de 2000 e indicador gasto com educação dos anos 1998 a 2001. Isto ocorreu porque se sabe que a metodologia para o cálculo do IDH se baseia em informações passadas do governo. Assim, como observado anteriormente, o esforço dos municípios em distribuir de forma equilibrado os recursos em educação só poderá ser visualizado nos próximos anos, uma vez que o IDM combina fluxos e estoques tendo fatores inerciais. No Quadro 4, encontra-se o resultado do estudo com os 184 municípios cearenses.

Quadro 4 – Resultado de Correlação entre IDHM-E e Gastos com Educação

Situação de Correlação	r ²
1- IDHM-E 2000 x Índice Gastos com Educação 1998	0,0756
2 -IDHM-E 2000 x Índice Gastos com Educação 1999	0,02060
3- IDHM-E 2000 x Índice Gastos com Educação 2000	-0,175
4- IDHM-E de 2000 x Gastos em Reais referente ao ano 1998	0,3484
5- IDHM-E de 2000 x Gastos em Reais referente ao ano 1999	0,347007
5- IDHM-E de 2000 x Gastos em Reais referente ao ano 2000	0,3396

Fonte: Elaborado pelos autores

O que pode ser observado é que a correlação entre tais indicadores é baixa para qualquer situação. O grau de correlação, considerando como variáveis as IDHM-E e índice gasto com educação ou gasto em real foi baixo para todas as situações projetadas, tendo sido encontrado um r² (coeficiente de correlação)

variando entre -0,175 e 0,3484. Conclui-se ainda que os municípios que tenham aplicado maiores recursos ou tenham os melhores índices de gastos em educação não necessariamente têm os melhores IDHM-E. Por certo, o problema deixou de ser a falta de vagas nas escolas, mas continua sendo a má qualidade do ensino ofertado porque o aumento das vagas nas escolas se deu principalmente no ensino fundamental, apoiado no Fundef.

5. Conclusões e Perspectivas

No presente trabalho foi realizado um estudo do desempenho educacional do estado do Ceará a partir do indicador gasto com educação e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educacional.

Como visto no escopo do trabalho, o FUNDEF foi criado para melhorar a alocação de recursos na educação, em termos de equidade e de eficiência. A partir dele foi definido um limite mínimo de gastos para as três esferas de governo. No caso dos Estados e Municípios, o limite mínimo é na ordem de 25% sobre a receita de impostos e transferências (RIT). Tal limite possibilitou que fosse criado o indicador gasto com educação sobre a RIT para analisar se os governos estaduais e municipais vêm atendendo a legislação vigente. No caso do Ceará, esse indicador é na ordem de 30%, representando que o Estado gasta 5% a mais do que a própria legislação constitucional impõe. Quanto a seus municípios, nota-se que apenas 3 estão abaixo do limite mínimo.

Constatou-se ainda que em 1999, enquanto o Distrito Federal tinha um gasto médio por aluno na ordem de R\$ 1.440,00, no ensino fundamental, ocupando o primeiro lugar, o Ceará apresentou um gasto médio na ordem de R\$ 502,00, demonstrando que um investimento maior deve ocorrer na região para alcançar níveis elevados e equiparasse aos grandes centros.

Porém, ao analisar o IDHM-E apresentado pelo IPECE, destaca-se que o resultado médio desse indicador do Ceará passou de 0,2627 em 1970, para 0,7149 em 2000, representando um aumento de 172%, demonstrando que houve um esforço do governo local em elevar o nível educacional da região. Fortaleza apresentou os melhores resultados nos anos estudados. Segundo último senso do IPECE, nenhum município teve um IDHM-E baixo, porém, menos de 3% dos 184 municípios apresentaram IDHM-E considerado alto, sendo necessário que novos investimentos e estratégias sejam realizados para que no futuro o nível educacional da grande maioria apresente em situações melhores.

Nota-se também que existe uma baixa correlação entre o IDHM-E e o índice de gasto com educação dos municípios. Logo, não necessariamente que tem realizado os maiores gastos possuem o melhor indicador social. Este fato ocorre porque embora os recursos do FUNDEF tenham melhorado as condições dos municípios, ainda há problemas elevados em algumas prefeituras em função da falta de estabelecimentos, equipamentos e pessoas qualificadas. É bom frisar que a capacidade de geração de recursos próprios dos municípios, com menos de 50 mil habitantes, é baixa. Muitas prefeituras vivem exclusivamente das transferências legais destinadas para aplicação na área de educação e saúde. A base de tributação de tais entidades não é sólida.

Finalmente, o presente trabalho possibilitou que fosse realizado um balanço geral da educação cearense. Um estudo semelhante poderá ser realizado para verificar se, no caso específico da saúde e renda, por exemplo, um quadro

semelhante irá também acontecer. Assim, os resultados dos indicadores sociais poderão ser confrontados com aqueles advindos das contas governamentais.

6. Bibliografia

BRASIL Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Evolução recente das condições e das políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001.

BRASIL *Orçamento e gestão: evolução recente das condições e das políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001.

BRASIL. *Transferências de recursos e a Lei de Responsabilidade Fiscal: orientações fundamentais* -- Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, 2000.

FERREIRA, Sergio G. Desempenho educacional no Brasil: onde estamos?, *BNDES: Informe-se*, n.º 41, maio de 2002

FIGUEIRÊDO, Carlos M. C. e NÓBREGA, Marcus A. R. *Os municípios e a Lei de Responsabilidade Fiscal: perguntas e respostas*. Tribunal de Contas de Pernambuco, 2001.

Folha de São Paulo, Educação alavanca índices do Nordeste, *Folha On Line Educação*, 03/10/2003, <<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u13872.shtml>>> acessado em 31 de maio de 2004.

GIAMBIAGI, Fábio & ALÉM, Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. São Paulo: Atlas, 2000.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, Lei Complementar 101, de 4.5.2000. São Paulo: Coleção Saraiva de Legislação, 2001.

MATIAS, Alberto B. e CAMPELLO, Carlos A. G. B. *Administração financeira municipal*. São Paulo: Atlas, 2000.

NADJBERG, Sheila and OLIVEIRA, Paulo A. de S. de. Políticas públicas: o índice de desenvolvimento humano (IDH) e Variantes. 2000. *BNDES: Informe-se Nº 19*, <<<http://federativo.bndes.gov.br/destaques/estudos>>>, acessado em 31 de maio de 2004.

PAULANI, Leda Maria and BRAGA, Márcio Bobik (2001). *A nova contabilidade social*. Editora Saraiva: São Paulo.

SEN, A.K. A Decade of Human Development, *Journal of Human Development*, vol.1 no.1, pp. 17-23, 2000a

SEN, A.K. *Development as Freedom*, Oxford University Press, Oxford, 2000 b

SEN, A.K. *Capability and Well-Being*, in *The Quality of Life*, M.C. Nussbaum and A. Sen (eds), Clarendon Press, Oxford, pp. 30-53, 1993

SEN, A.K. *Commodities and Capabilities*, Oxford India Paperbacks, Oxford University Press, Oxford, 1987

SEN, A.K. *The Standard of Living*, Cambridge University Press, 1985

UNPD. *Human Development Report 2001*. disponível em <<[http:// www.undp.org/hdr2001](http://www.undp.org/hdr2001)>>, acessado em 15 de maio de 2003

UNPD. *O Brasil no RDH 2001*. Relatório de Desenvolvimento Humano 2001. disponível em <<<http://www.undp.org.br/hrd/hdr98/>>>, acessado em 10 de maio de 2003

XAVIER, A. C. e MARQUES, A. E. Um retrato das finanças da educação no Espírito Santo, *Texto para discussão nº 343*, Brasília: IPEA, 1994

ANEXO

Quadro 5 – Indicador Gasto com Educação e IDHM-E dos Municípios do CE

MUNICÍPIO	GASTOS COM EDUCAÇÃO/RIT				IDHM-E			
	1998	1999	2000	2001	1970	1980	1991	2000
ABAIARA	37,52%	25,76%	24,13%	32,26%	0,196	0,284	0,34	0,693
ACARAPE	32,17%	33,68%	29,69%	29,49%			0,439	0,733
ACARAU	24,64%	14,66%	29,02%	32,87%	0,254	0,276	0,362	0,673
ACOPIARA	25,32%	16,96%	13,00%	24,99%	0,258	0,301	0,355	0,65
AIUABA	30,83%	29,84%	21,60%	25,06%	0,196	0,285	0,314	0,652
ALCANTARAS	29,42%	26,75%			0,25	0,251	0,373	0,712
ALTANEIRA	31,54%	27,88%	26,30%	26,64%	0,272	0,256	0,325	0,647
ALTO SANTO	25,43%	25,91%	36,91%	31,70%	0,31	0,25	0,374	0,669
AMONTADA	25,33%	25,19%	27,96%	27,18%			0,362	0,72
ANTONINA DO NORTE	26,19%	27,43%	26,93%	28,36%	0,268	0,207	0,367	0,657
APIARES	28,33%	31,97%	27,03%	29,38%	0,332	0,364	0,404	0,743
AQUIRAZ	28,08%	29,60%	23,91%	24,92%	0,228	0,311	0,415	0,726
ARACATI	31,86%	27,70%	28,86%	27,46%	0,25	0,333	0,443	0,765
ARACOIABA	30,53%	27,10%	21,50%	27,39%	0,298	0,232	0,347	0,672
ARARENDA	27,91%	22,70%	35,90%	28,38%				0,689
ARARIPE	25,98%	30,86%	26,70%	27,86%	0,206	0,277	0,3	0,638
ARATUBA	27,36%	28,99%	29,83%	30,05%	0,199	0,356	0,416	0,713
ARNEIROZ	26,42%	25,07%	25,92%	28,42%	0,224	0,308	0,327	0,693
ASSARE	25,06%	26,67%	24,34%	29,87%	0,216	0,301	0,363	0,613
AURORA	26,30%	26,38%	25,29%	31,66%	0,345	0,36	0,416	0,686
BAIXIO	28,90%	35,99%		33,89%	0,309	0,33	0,411	0,729
BANABUIU	26,35%	25,58%	23,65%	24,61%			0,339	0,675
BARBALHA	40,28%	26,30%	26,51%		0,282	0,399	0,487	0,781

BARREIRA	38,67%		22,21%	31,88%			0,393	0,726
BARRO	25,31%	25,39%	18,61%	35,74%	0,319	0,364	0,404	0,729
BARROQUINHA	27,42%	32,25%	25,02%	29,79%			0,276	0,626
BATURITE	37,11%	25,22%	16,13%	27,72%	0,322	0,388	0,477	0,742
BEBERIBE	32,27%	28,92%	27,70%	25,74%	0,211	0,311	0,371	0,71
BELA CRUZ	26,41%	27,85%	28,11%	25,30%	0,211	0,384	0,387	0,703
BOA VIAGEM	26,88%	27,09%	24,04%	22,65%	0,219	0,279	0,368	0,664
BREJO SANTO	30,97%	29,65%	37,76%	29,56%	0,266	0,363	0,42	0,719
CAMOCIM	29,58%	35,87%	29,04%	21,59%	0,276	0,287	0,401	0,715
CAMPOS SALES	29,62%	28,60%	32,66%	25,34%	0,201	0,258	0,394	0,692
CANINDE	39,22%	23,89%	29,80%	26,48%	0,246	0,32	0,406	0,699
CAPISTRANO	23,19%	23,57%	28,90%	28,68%	0,224	0,284	0,358	0,724
CARIDADE	29,68%	27,89%	26,98%	25,35%	0,188	0,285	0,36	0,675
CARIRE	29,54%	27,71%	25,96%	30,62%	0,314	0,341	0,355	0,69
CARIRIACU	25,48%	30,34%	31,46%	24,53%	0,185	0,253	0,345	0,691
CARIUS	26,69%	38,52%	22,37%	29,94%	0,239	0,273	0,322	0,674
CARNAUBAL	26,53%	25,01%	27,67%	26,70%	0,221	0,173	0,339	0,703
CASCAVEL	25,93%	28,06%	29,89%	30,55%	0,278	0,322	0,419	0,718
CATARINA	27,36%	25,04%	26,15%	27,94%	0,264	0,328	0,343	0,68
CATUNDA	33,05%	21,16%	27,52%	27,87%				0,723
CAUCAIA	25,17%	19,84%	20,19%	28,76%	0,323	0,41	0,58	0,815
CEDRO	27,70%	26,54%	28,69%	28,35%	0,227	0,326	0,427	0,704
CHAVAL	25,48%	30,98%	27,68%	23,38%	0,274	0,215	0,337	0,686
CHORO	28,06%	26,43%	33,92%	29,47%				0,677
CHOROZINHO	25,47%	23,74%	26,28%	26,81%			0,335	0,725
COREAU	32,33%	27,33%	28,03%	28,08%	0,237	0,212	0,317	0,624
CRATEUS	31,61%	25,69%	25,23%	29,59%	0,296	0,383	0,448	0,721
CRATO		26,28%	29,61%	27,46%	0,344	0,473	0,548	0,806
CROATA	30,36%	20,53%	26,62%	24,93%			0,331	0,673
CRUZ	29,21%	23,16%	20,76%	26,13%			0,351	0,732
DEP. IRAPUAN PINHEIRO	27,96%	25,61%	29,56%	32,30%			0,35	0,671
ERERE	24,19%	17,16%	24,53%	36,52%			0,348	0,669
EUSEBIO	25,50%	29,27%	30,34%	29,27%			0,495	0,791
FARIAS BRITO	29,37%	25,51%	30,48%	28,64%	0,193	0,314	0,344	0,72
FORQUILHA	30,05%	20,63%	31,79%	31,06%			0,372	0,699
FORTALEZA	25,00%	23,17%	26,25%	24,51%	0,568	0,637	0,696	0,884
FORTIM	28,80%	28,62%	29,23%	30,70%				0,706
FRECHEIRINHA	28,38%	24,59%	19,18%	28,93%	0,256	0,283	0,351	0,656
GENERAL SAMPAIO	33,29%	28,54%	30,78%	26,04%	0,238	0,246	0,254	0,701
GRACA	34,30%	32,82%	28,85%	39,20%			0,253	0,644
GRANJA	32,35%	25,26%	19,36%	31,50%	0,236	0,258	0,28	0,559
GRANJEIRO	32,36%	30,46%	30,73%	26,86%	0,217	0,363	0,299	0,673
GROAIRAS	28,30%	29,67%	27,25%	29,71%	0,362	0,352	0,401	0,715
GUAIUBA	27,12%	25,83%	20,94%	20,33%			0,417	0,722
GUARACIABA DO NORTE	25,61%	25,91%	26,52%	27,10%	0,208	0,258	0,351	0,694
GUARAMIRANGA	31,25%	37,93%	31,09%	26,66%	0,398	0,316	0,42	0,732
HIDROLANDIA	21,95%	24,64%	25,17%	27,66%	0,28	0,333	0,391	0,714
HORIZONTE	27,44%	28,38%	21,34%	29,10%			0,416	0,751

IBARETAMA	25,48%	23,10%	22,37%	32,09%			0,327	0,669
IBIAPINA	27,77%	26,59%	26,92%	25,56%	0,161	0,285	0,389	0,74
IBICUITINGA	30,44%	26,18%	18,11%	32,03%			0,375	0,718
ICAPUI	25,17%	25,35%	29,67%	31,35%			0,399	0,718
ICO	32,86%	20,40%	21,96%	25,31%	0,209	0,304	0,368	0,67
IGUATU	26,66%	29,64%	30,23%	30,75%	0,28	0,375	0,457	0,739
INDEPENDENCIA	28,17%	21,48%	25,55%	27,94%	0,278	0,302	0,402	0,701
IPAPORANGA	38,77%	32,34%	25,69%	30,03%			0,339	0,669
IPAUMIRIM	31,59%	27,07%	25,30%	32,82%	0,269	0,336	0,428	0,766
IPU	36,45%	26,13%	28,00%	25,16%	0,219	0,301	0,394	0,706
IPUEIRAS	31,31%	15,81%	27,64%	15,71%	0,254	0,273	0,319	0,7
IRACEMA	22,18%	21,52%	26,07%	27,25%	0,211	0,279	0,385	0,735
IRAUCUBA	35,05%	26,25%	25,98%	26,21%	0,289	0,332	0,427	0,692
ITAICABA	30,30%	26,28%	25,08%	29,35%	0,318	0,397	0,43	0,77
ITAITINGA	25,71%	26,87%	25,98%	28,67%				0,795
ITAPAJE	35,87%	24,02%	25,61%	25,49%	0,317	0,317	0,428	0,712
ITAPIPOCA	25,13%	13,78%	27,71%	26,60%	0,248	0,326	0,421	0,743
ITAPIUNA	27,47%	32,15%	25,58%	30,91%	0,265	0,261	0,365	0,698
ITAREMA	32,27%	27,75%	33,99%	30,05%			0,334	0,671
ITATIRA	46,00%	21,79%	25,05%	32,94%	0,234	0,216	0,335	0,623
JAGUARETAMA	26,84%	29,81%	29,70%	28,70%	0,278	0,302	0,396	0,694
JAGUARIBARA	27,67%	26,28%	28,41%	32,78%	0,317	0,29	0,419	0,714
JAGUARIBE	28,12%	26,61%	32,15%	22,80%	0,307	0,366	0,417	0,721
JAGUARUANA	43,28%	25,74%	25,44%	26,89%	0,234	0,305	0,406	0,702
JARDIM	39,19%	25,88%	26,62%	33,81%	0,231	0,307	0,392	0,749
JATI	25,97%	28,98%	23,88%	24,82%	0,25	0,243	0,355	0,725
JIJOCA DE JERICOACOARA	42,59%	33,92%	29,29%	29,44%				0,689
JUAZEIRO DO NORTE	21,94%	22,78%	25,36%	25,71%	0,336	0,398	0,514	0,773
JUCAS	26,62%	25,59%	37,31%	18,31%	0,274	0,335	0,325	0,705
LAVRAS DA MANGABEIRA	31,69%	25,44%	25,03%	28,43%	0,269	0,332	0,377	0,711
LIMOEIRO DO NORTE	29,81%	31,19%	25,28%	28,43%	0,329	0,422	0,525	0,763
MADALENA	34,17%	26,09%	7,56%	23,06%			0,385	0,712
MARACANAU	36,71%	31,53%	34,63%	30,59%			0,613	0,863
MARANGUAPE	34,26%	26,33%	25,04%	29,06%	0,379	0,469	0,529	0,787
MARCO	30,49%	39,76%	32,41%	38,06%	0,238	0,387	0,387	0,692
MARTINOPOLE	25,23%	44,97%	40,67%	47,84%	0,315	0,342	0,385	0,667
MASSAPE	32,23%		26,78%	23,21%	0,15	0,25	0,335	0,637
MAURITI	28,62%	25,95%	35,03%	35,00%	0,189	0,251	0,332	0,698
MERUOCA	30,57%	31,06%	18,95%	38,89%	0,184	0,333	0,412	0,742
MILAGRES	26,55%	27,46%	30,27%	33,90%	0,244	0,32	0,376	0,717
MILHA	34,58%	26,69%	29,47%	29,06%			0,375	0,716
MIRAIMA	28,07%	25,83%	27,07%	30,22%			0,355	0,642
MISSAO VELHA	27,02%	32,82%	31,88%	38,83%	0,192	0,275	0,349	0,696
MOMBACA	32,14%	29,48%	28,22%	27,07%	0,286	0,3	0,362	0,641
MONSENHOR TABOSA	26,10%	26,96%	26,94%	35,36%	0,265	0,333	0,398	0,708
MORADA NOVA	31,03%	27,11%	15,58%	25,03%	0,294	0,321	0,406	0,705
MORAUJO	26,50%	25,89%	21,01%	26,91%	0,255	0,32	0,357	0,678
MORRINHOS	38,38%	39,11%	45,64%	38,19%	0,192	0,264	0,39	0,697

MUCAMBO	25,57%	20,95%	28,05%	31,41%	0,195	0,268	0,373	0,688
MULUNGU	37,96%	20,45%		36,44%	0,263	0,364	0,421	0,708
NOVA OLINDA	31,71%	29,18%	25,21%	26,64%	0,217	0,284	0,426	0,725
NOVA RUSSAS	29,33%	27,90%	21,29%	25,82%	0,292	0,291	0,37	0,698
NOVO ORIENTE	25,78%	27,32%	29,13%	32,24%	0,237	0,261	0,349	0,63
OCARA	20,65%	26,04%	31,88%	23,80%			0,351	0,687
OROS	30,55%	26,70%	31,09%	26,56%	0,237	0,307	0,419	0,717
PACAJUS	27,37%	27,39%	24,29%	25,85%	0,253	0,356	0,445	0,775
PACATUBA	16,77%	29,02%	21,68%	24,75%	0,286	0,349	0,533	0,843
PACOTI	29,57%	25,03%	35,91%	25,96%	0,346	0,324	0,41	0,728
PACUJA	31,53%	27,70%	21,96%	32,06%	0,371	0,318	0,435	0,721
PALHANO	31,46%	25,73%	30,04%	34,04%	0,144	0,319	0,37	0,737
PALMACIA	26,73%	30,62%	25,87%	25,84%	0,329	0,413	0,449	0,729
PARACURU	30,18%	26,06%	23,48%	31,35%	0,316	0,364	0,454	0,753
PARAIPABA	26,57%	25,14%	25,20%	26,60%			0,478	0,76
PARAMBU	29,18%	29,73%	32,58%	25,45%	0,268	0,256	0,351	0,629
PARAMOTI	26,73%	26,13%	26,81%	26,83%	0,194	0,278	0,322	0,675
PEDRA BRANCA	26,82%	31,22%	29,58%	37,83%	0,136	0,24	0,318	0,632
PENAFORTE	40,85%	29,25%	27,17%	34,51%	0,307	0,404	0,436	0,782
PENTECOSTE	30,39%	26,98%	32,40%	29,01%	0,243	0,321	0,432	0,732
PEREIRO	26,66%	33,04%	32,13%	37,58%	0,212	0,27	0,367	0,709
PINDORETAMA	38,13%	25,89%	26,31%	27,32%			0,427	0,735
PIQUET CARNEIRO	34,06%	27,76%	39,13%	35,73%	0,263	0,315	0,372	0,694
PIRES FERREIRA	38,59%	31,97%	33,71%	42,59%			0,348	0,674
PORANGA	33,51%	29,85%	41,78%	29,73%	0,233	0,252	0,278	0,65
PORTEIRAS	26,78%	26,68%	46,64%	39,76%	0,218	0,23	0,353	0,704
POTENGI	32,20%	28,47%	30,69%	30,92%	0,222	0,306	0,367	0,597
POTIRETAMA	24,25%		38,35%	31,13%			0,377	0,678
QUITERIANOPOLIS	27,58%	26,08%	32,08%	26,37%			0,367	0,657
QUIXADA	26,61%	22,71%	27,42%	30,79%	0,258	0,339	0,447	0,733
QUIXELO	26,16%	27,96%	30,19%	34,36%			0,332	0,509
QUIXERAMOBIM	26,65%	25,06%	26,12%	28,92%	0,282	0,342	0,409	0,704
QUIXERE	31,90%	31,42%	37,23%	34,92%	0,237	0,238	0,394	0,691
REDENCAO	38,15%	26,15%	10,00%	29,17%	0,239	0,315	0,423	0,75
RERIUTABA	26,94%	26,85%	26,21%	25,98%	0,283	0,321	0,366	0,692
RUSSAS	26,80%	26,01%	25,38%	27,34%	0,325	0,416	0,504	0,754
SABOEIRO	35,74%	27,25%	28,62%	29,42%	0,212	0,24	0,278	0,622
SALITRE	27,54%	20,62%	26,26%	23,15%			0,238	0,583
SANTA QUITERIA	33,99%	36,04%	31,66%	44,88%	0,251	0,291	0,366	0,707
SANTANA DO ACARAU	37,85%	37,09%	32,63%	34,65%	0,28	0,296	0,365	0,673
SANTANA DO CARIRI	26,82%	24,52%	22,94%	26,29%	0,224	0,295	0,36	0,681
SAO BENEDITO	31,23%	30,30%	32,90%	32,28%	0,225	0,208	0,377	0,7
SAO GONCALO DO AMARANTE	30,72%	30,88%	22,93%	32,45%	0,22	0,337	0,439	0,737
SAO JOAO DO JAGUARIBE	32,97%	43,81%	54,88%	35,04%	0,38	0,398	0,503	0,74
SAO LUIS DO CURU	30,81%	26,89%	25,13%	24,99%	0,317	0,405	0,47	0,759
SENADOR POMPEU	29,67%	26,43%	24,76%	25,59%	0,312	0,371	0,426	0,687
SENADOR SA	32,32%	31,21%	30,35%	31,13%	0,253	0,221	0,371	0,659
SOBRAL	26,70%	25,83%	25,19%	28,17%	0,303	0,38	0,499	0,763

SOLONOPOLE	28,32%	30,83%	32,85%	26,32%	0,26	0,322	0,423	0,727
TABULEIRO DO NORTE	25,78%	36,03%	26,06%	34,57%	0,292	0,359	0,445	0,736
TAMBORIL	28,44%	23,60%	37,69%	30,82%	0,204	0,343	0,341	0,696
TARRAFAS	33,24%	32,83%	36,56%	32,02%			0,293	0,681
TAUA	25,19%	27,73%	26,26%	33,46%	0,237	0,291	0,391	0,684
TEJUCUOCA	27,80%	28,93%	29,77%	30,55%			0,349	0,72
TIANGUA	34,59%	27,42%	25,82%	30,65%	0,176	0,301	0,392	0,696
TRAIRI	30,48%	23,51%	27,28%	29,75%	0,159	0,291	0,392	0,714
TURURU	26,53%	25,88%	29,91%	27,53%			0,373	0,668
UBAJARA	28,68%	29,27%	27,49%	25,30%	0,188	0,357	0,395	0,715
UMARI	33,15%	28,44%	27,13%	26,73%	0,321	0,397	0,402	0,722
UMIRIM	26,77%	32,24%		32,40%			0,357	0,668
URUBURETAMA	26,09%	25,09%	27,01%	24,09%	0,227	0,328	0,416	0,714
URUOCA	23,40%	27,74%	23,34%		0,188	0,293	0,295	0,631
VARJOTA	29,84%	21,37%		32,68%			0,407	0,711
VARZEA ALEGRE	27,53%	25,36%	22,93%	21,97%	0,22	0,308	0,401	0,702
VICOSA DO CEARA	28,31%	27,64%	28,58%	26,94%	0,206	0,227	0,269	0,636

Fonte: O Indicador Gasto com Educação foi calculado a partir de informações extraídas no TCM-CE. O IDHM-E tem como fonte o banco de dados do IPECE.